

A construção do projeto neoliberal no Brasil (1988 - 1998): instituto liberal e o discurso da “flexibilização” e ataque às propostas de reforma agrária

Flávio Henrique Calheiros Casimiro¹

Resumo

Este artigo visa discutir o processo de construção e difusão do projeto hegemônico neoliberal no Brasil, tendo como objeto de pesquisa a atuação dos “intelectuais orgânicos” do Instituto Liberal. A proposta concentra-se nas estratégias discursivo-ideológicas adotadas por esses intelectuais que objetivavam a construção de consenso e a naturalização do discurso neoconservador liberal, em meados dos anos 1980. Nesse sentido, propomos uma discussão em torno do discurso da chamada flexibilização das leis trabalhistas e da postura de ataque às propostas de reforma agrária e aos movimentos sociais do campo no Brasil. Assim, nossa proposta é discutir esse projeto neoliberal, entendendo-o como um processo, como uma construção cujo ritmo e intensidade de implementação são resultantes das especificidades da realidade social brasileira. Esse entendimento ressalta e valoriza o papel dos agentes históricos como verdadeiros atores sociais, que por meio dos aparelhos privados de hegemonia e dos veículos midiáticos atuaram pedagogicamente para a naturalização dessa visão de mundo no Brasil.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Mestre em História pela Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ. Diretor Executivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS. E-mail: flaviocaiero@gmail.com

Palavras-chave: *Hegemonia Neoliberal, Flexibilização das Leis Trabalhistas e Reforma Agrária.*

Abstract

This paper discusses the development and diffusion process of the hegemonic neoliberal project in Brazil, having the performance of the “organic intellectuals” of the Instituto Liberal as the object of research. The work focuses on the discursive-ideological strategies adopted by these scholars who aimed at the construction of consense and the naturalization of the liberal neoconservative speech, around the 80s. Accordingly, we propose a discussion around the discourse of so-called flexible labor laws and the attitude of attack on proposals for agrarian reform and rural social movements in Brazil. Thus our proposal is to discuss this neoliberal project, perceiving it as a process, as a construction whose pace and intensity of implementation are of the particularities of the Brazilian social reality. This understanding emphasizes and values the role of historical actors as real social actors, who by means of the apparatus and the dominance of private media outlets acted pedagogically for the naturalization of this worldview in Brazil.

Keywords: *Hegemonic Neoliberal, Flexible Labor Laws and Agrarian Reform*

I. Análise conjuntural e o Instituto Liberal

O quadro conjuntural dos anos 1980 e a transição para a Nova República apontam para um importante processo de transformações no cenário político-econômico e social brasileiro, constituindo-se como um contexto específico de lutas sociais e simbólicas pela hegemonização de um novo projeto de sociedade. No bojo de tais transformações, destacamos a atuação de “aparelhos privados de hegemonia” como uma trincheira fundamental para os grupos dominantes na construção do consenso e na consequente construção de um projeto hegemônico neoliberal no Brasil.

Nesse sentido, tivemos a ação de determinados grupos no âmbito da sociedade civil, que buscaram naturalizar e universalizar seus interesses de classe como consenso. Essa ação pedagógica de persuasão discursivo-ideológica foi realizada por agentes e instituições, que investiram capital material e simbólico para defender seu posicionamento dominante no

jogo político-econômico nacional. Como afirma Carla Luciana Silva, “essa atuação não é isolada, remete à existência de estados maiores, onde são formuladas visões de mundo e formas de organizar a dominação (...)” (SILVA, 2005, p. 19). Era preciso articular, entre si, os interesses das distintas frações do capital, e é justamente nesse aspecto que apontamos o papel fundamental dos mecanismos midiáticos e da organização de outros “aparelhos privados de hegemonia²”, para a construção de consenso em torno do projeto neoliberal. A reprodução do capital necessita de atores que, em níveis diferenciados, agem nos debates políticos e sociais. A hegemonia pressupõe a luta constante de afirmação, ou seja, ela é historicamente construída e cotidianamente defendida. É nesse sentido que propomos o estudo acerca das ações pedagógicas do chamado Instituto Liberal (IL) entre 1988 e 1998.

O Instituto Liberal (IL), fundado em 1983, na cidade do Rio de Janeiro, pelo engenheiro e empresário Donald Stewart Jr., foi criado com o objetivo de difundir a visão de mundo neoliberal no Brasil. A partir da instauração da Nova República, o Instituto Liberal foi transformado em rede nacional, com sedes em São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte Salvador e Recife. De acordo com o estudo realizado pela cientista social Denise Gros,

os Institutos Liberais foram criados por um grupo de empresários que se propuseram a realizar uma missão de longo prazo: divulgar as ideias liberais entre as elites brasileiras, dedicando-se à atividade política e ideológica de defesa dos preceitos do liberalismo (GROS, 2003, p. 14).

Os Institutos Liberais desenvolveram uma série de estratégias de difusão ideológica neoliberal, objetivando capilarizar seu discurso por diversos setores e grupos sociais, principalmente naqueles considerados “formadores de opinião”, como políticos, empresários, professores universitários, jornalistas, militares e intelectuais simpatizantes da causa liberal.

² Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política (COUTINHO, 1992, p. 77).

O cerne deste trabalho consiste em discutir a dimensão simbólica da construção e difusão da ideologia neoliberal no Brasil, analisando a atuação de seus “intelectuais orgânicos” vinculados ao Instituto Liberal (IL). Para tanto, a proposta concentra-se num levantamento e análise das estratégias discursivo-ideológicas adotadas pelos agentes ligados ao Instituto, que objetivavam a construção e naturalização do discurso neoconservador liberal, a partir de meados dos anos 1980.

Nesse processo de construção, destacamos a necessidade tanto da atuação efetiva e coercitiva do Estado – por meio das reformas de caráter neoliberal, desregulamentação de direitos dos trabalhadores e desarticulação e repressão aos movimentos sociais – como também da construção do consenso por meio da ação pedagógica por agentes, instituições e aparelhos midiáticos. Dessa forma, o Instituto Liberal atuou pedagogicamente visando à naturalização de seus interesses, buscando transbordá-los, por meio de estratégias retóricas, para outras frações de classes, assim como propondo políticas, cobrando a atuação do Estado na adoção e execução de reformas e na ação repressiva contra os movimentos sociais.

Destacamos que o Instituto Liberal articulou suas estratégias de ação pedagógica de forma distinta para as diferentes realidades conjunturais no processo de transição para a Nova República. Destarte, nos anos 1980 apontamos para uma postura defensiva por parte dos intelectuais orgânicos do Instituto Liberal. Tratava-se de uma conjuntura desfavorável ao projeto neoliberal em função de todo processo de politização e desenvolvimento das esquerdas e dos movimentos sociais, como é o caso do MST.

Esse discurso mais defensivo, evitou a confrontação direta com movimentos sociais e demandas populares, negligenciando os aspectos da teoria neoliberal relacionados a processos empíricos como no caso do corte de direitos sociais e trabalhistas ou da desmobilização de movimentos sociais e sindicatos, entre outros. O ataque frontal a tais direitos e garantias poderia evidenciar um discurso elitista e antipopular por parte dos neoliberais conservadores, o que dificultaria a ampliação de suas trincheiras na construção de consenso. Então, os intelectuais do Instituto Liberal posicionavam-se em tal postura defensiva exatamente porque, como neoliberais, eram contra a institucionalização de direitos traba-

lhistas e sociais. E a situação era mesmo delicada para os seus interesses conservadores, uma vez que tinham que propor o aborto de um Estado de Bem-Estar que, no Brasil, sempre foi atrofiado, ao contrário do que ocorreu na Europa Ocidental. Por conseguinte, o impacto das ideias e políticas neoliberais seria muito mais devastador nos países periféricos, onde se exerceriam sobre sociedades muito mais desiguais, com massas de pobres e miseráveis e com baixo grau de efetivação de direitos sociais e trabalhistas (sabemos que, mesmo existindo no papel, esses direitos não são observados na maioria dos casos, porque o Estado não oferece condições para tal, não fiscaliza a ação das empresas etc.).

Já a partir do início dos anos de 1990, temos um quadro conjuntural bem diferente. A queda do muro de Berlim e o conseqüente fortalecimento da naturalização do “pensamento único”, a concepção de “fim das ideologias” ou, nas palavras de Fukuiama, “fim da história”, exerceram uma forte influência nas lutas simbólicas a favor do projeto neoliberal, assim como fortaleceram a postura imperialista das grandes potências capitalistas, a exemplo dos EUA. Os processos de abertura política e desregulamentação do Estado, operados primeiramente pelo governo de Fernando Collor e intensificados no governo de FHC, ajudaram a construir aquela que seria uma importante reconfiguração conjuntural em favor dos setores dominantes e do projeto neoliberal. Além disso, a atuação decisiva dos veículos midiáticos e dos aparelhos privados de hegemonia fortaleceu a construção e naturalização da visão de mundo neoliberal no Brasil nos anos 1990.

Nesse novo contexto, a hegemonia do pensamento neoliberal foi construída e reiterada paulatinamente por meio de uma atuação ideológica propositiva incisiva. Agora, não era mais necessário se abster aos temas empíricos ligados às demandas populares, mas, ao contrário, era importante e, mais do que isso, fundamental a adoção de estratégias que visassem transbordar para os demais estratos sociais, os interesses de classe do bloco dominante. Dessa forma, podemos perceber, ao longo dos anos 1990, a atuação do Instituto Liberal voltada à construção de um discurso organizativo e propositivo, tanto por meio da estruturação de novas ações e mecanismos de difusão, como pelo desenvolvimento de suas estratégias argumentativas.

A posição conservadora frente aos direitos sociais, a desregulamentação ou “flexibilização” da legislação trabalhista, a crítica às propostas de reforma agrária e a desmobilização e repressão aos movimentos sociais (como no caso do MST), antes estrategicamente negligenciados, nos anos 1990, passaram a compor grande parte das estratégias pedagógicas do Instituto Liberal.

II. Dilapidando os direitos dos trabalhadores: o discurso da reforma ou “flexibilização” da CLT

Os direitos sociais e trabalhistas configuram-se, sem dúvidas, como um dos principais alvos do discurso e das políticas neoliberais propostas para o Brasil. O debate em torno de uma reforma da legislação trabalhista, ou como preferem os neoliberais, a “flexibilização” dos direitos dos trabalhadores, passou a ganhar força no início dos anos 1990, diante da conjuntura favorável aos propósitos e políticas do neoliberalismo.

Com o já iniciado processo de abertura econômica e a almejada, pelos neoliberais, reestruturação produtiva, mobilizando novos setores do capital e reconfigurando os setores dominantes na economia nacional – a partir da inserção do capital estrangeiro e das novas pressões econômicas impostas pelos grupos econômicos estrangeiros – os setores da burguesia industrial buscaram ampliar sua capacidade de acumulação de capital e aumentar sua capacidade competitiva, pressionando, para tanto, por uma dilapidação dos direitos e benefícios dos trabalhadores. A confirmação e a ampliação de tais direitos, pelo menos em tese, pela Constituição de 1988 representaram um grande descontentamento para os grupos dominantes, atingindo diretamente seus interesses conservadores do capital. Décio Saes afirma que

a grande burguesia industrial, congregada em organizações como a FIESP e a CNI, vem fazendo campanha, desde a constituinte de 1988, a favor de um aspecto específico da desregulamentação: a liquidação dos direitos sociais e trabalhistas conquistados, a partir de 1930, pelas massas brasileiras. O empresariado industrial brasileiro assume, além disso, uma posição oficial

favorável ao programa de privatizações e lamenta inclusive que o ritmo de execução de tal programa não seja mais acelerado (SAES, 2001, p. 88).

Na defesa de tais interesses empresariais, foi criado em 1987 o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Inicialmente, o movimento atuou como uma espécie de frente de mobilização encabeçada por empresários industriais não monopolistas ligados à FIESP. Seus projetos eram encaminhados para análise e discussão ao aparelho estatal e setores no âmbito da sociedade civil. Já nos anos 1990, o PNBE foi institucionalizado, mantendo-se o mesmo nome. Ao lado da Federação das Indústrias de São Paulo, travou grandes embates na disputa pela direção política do setor industrial, de frações da burguesia brasileira e pela hegemonia do setor no país. Já no ano de 1989, foi criado o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). A proposta do IEDI era articular e representar os interesses da grande indústria em um projeto de longo prazo para a realidade brasileira, cujo foco era a indústria nacional (MARTINS, 2005, p. 138-139). Apesar de constituírem-se como movimentos de atuação mais específica, essas iniciativas mostram a mobilização dos setores dominantes no sentido de defender seus interesses em uma conjuntura de transição.

Nesse sentido, a FIESP vem representando, desde os anos 1980, um veículo de atuação política e de construção do consenso entre as classes dominantes ligadas ao empresariado. Essa posição de apoio à adoção de um projeto neoliberal no Brasil manteve-se ao longo dos anos 1990, quando a FIESP exercia forte pressão sobre as instâncias políticas, cobrando a realização das reformas neoliberais, assim como demandando ritmo mais acelerado de tais reformas.

Entre as várias estratégias desenvolvidas pelos Institutos Liberais, a partir de 1997, o Instituto Liberal de São Paulo passa a investir em uma de suas principais ações pedagógicas: a edição do periódico do IL, *Think Tank*. Configurando-se como a publicação mais elaborada dos Institutos Liberais, a revista *Think Tank* publicou cinco números entre os anos de 1997 e 1998. Além de publicar artigos e matérias especiais com entrevistados renomados – a exemplo da matéria de capa de *Think Tank* número 1, com o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, entre muitos expoentes do cenário político e econômico nacional –,

a revista do Instituto Liberal servia como um importante veículo para a exposição de ideias e trabalhos dos próprios intelectuais do Instituto. A organização do periódico se deu por meio da criação de um Conselho de Administração formado por grandes empresários, assim como por intelectuais orgânicos do Instituto Liberal, e um Conselho Editorial, responsável pela produção, seleção e organização das publicações do periódico. A seguir temos o quadro com os membros do Conselho Administrativo da revista *Think Tank*:

Quadro: Instituto Liberal – Revista *Think Tank*

Conselho de Administração	Referências
José Wilson Simeira Jacob – Presidente	Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Presidente do IL-SP; Presidente do Grupo Fenícia
Abram Szajman	Presidente da Federação do Comércio de SP; Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Presidente dos Conselhos Regionais do SESC e do SENAC; empresa Vale-Refeição.
Carlos Eduardo Moreira Ferreira	Presidente da FIESP
Donald Stewart Jr.	Empresário; Fundador e Presidente do IL-RJ.
Edmundo Klotz	Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA)
Elcio Anibal de Lucca	Presidente do Serasa — empresa brasileira de análise e informações econômico - financeiras e cadastrais para bancos, uma das maiores do mundo no ramo.
Élvio Aliprandi	Presidente da Federação das Associações Comerciais de SP
Henrique Falsoni	Presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrashe) em 1998
Jorge Gerdau Johannpeter	Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Presidente do Grupo Gerdau; membro

	do Consider
José Eduardo Bandeira de Melo
Manoel F. Cintra Neto
Natan Berger
Paul Daniel Muller
Paulo Afonso Feijó	Rede de supermercados-RS
Ricardo Yazbek
Roberto Demeterco	Presidente do Grupo Prosdócimo; Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados.
Roberto Konder Bornhausen	Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Conselho de Administração da revista Think Tank; Presidente do Unibanco; da Fenaban; da Febraban; da CNF; Presidente do IL-SP
Sérgio Haberfeld
Sérgio Reze
Werner Karl Ross

Fontes: (THINK TANK, 1997 – 1998 e GROS, 2003, p. 185)

Em entrevista para o periódico do Instituto Liberal, *Think Tank* de novembro de 1997, o então presidente da FIESP, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, fala da mobilização do fórum de reformas – *A Nação Tem Pressa* – no sentido de pressionar o Governo FHC para levar a cabo as reformas neoliberais no Brasil, entre elas, sem dúvida, a “flexibilização” das leis trabalhistas.

Entretanto, como nos lembra Décio Saes, “as resistências sociais ao programa neoliberal constituem um dos elementos explicativos do ritmo cadenciado – e não acelerado – de execução, no Brasil atual, da estratégia neoliberal” (SAES, 2001, p. 90). Apesar de constituírem-se como partes de um projeto hegemônico, nessa conjuntura, as reformas neoliberais enfrentavam resistências de setores populares e de frações da classe média, principalmente no que tange à legislação trabalhista. Décio Saes

afirma que tais resistências acabam estabelecendo um distanciamento entre a teoria do liberalismo econômico vista nos livros e as políticas concretas inspiradas nos princípios aí contidos. “Ou seja: os Estados capitalistas atuais praticam o ‘neoliberalismo possível’ nas condições socioeconômicas e políticas vigentes” (SAES, 2001, p. 83).

Os grupos dominantes, por sua vez, usaram de todas as suas armas, materiais ou simbólicas, para tentar mobilizar um grande contingente do empresariado na reivindicação pela efetivação de tais reformas. Isso inclui a atuação midiática, a perseguição de sindicatos e movimentos sociais, assim como a atuação direta nas instâncias decisórias da política. A construção da hegemonia inclui a disputa pelo monopólio dos órgãos formadores de consenso, como imprensa, partidos políticos, Parlamento, sindicatos, entre outros, “de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica” (GRAMSCI, 2000, p. 265).

Como expressado na revista do Instituto Liberal, *Think Tank*, a ideia do fórum, organizado pela FIESP, que reuniu mais de 1.200 pessoas, “surtiu da necessidade de reforçar a mobilização empresarial, desta vez em torno de um documento com dados incontestáveis”. Como se pode ver, trata-se de ações de caráter organizativo, que almejavam a execução de políticas neoliberais, e em ritmo acelerado. Como afirma o presidente da FIESP:

é natural que haja forças contrárias às reformas, representadas principalmente por setores corporativos ou ideologicamente identificados com um modelo de Estado que já está ultrapassado. Ao contrário, a sociedade brasileira como um todo só ganharia com a aprovação das reformas, pois seriam criadas condições mais propícias à retomada do desenvolvimento, com geração de novos empregos e melhor distribuição da renda. Por isso não podemos perder tempo agora, como perdemos em 88 na frustrada revisão constitucional. (...) Daí a nossa insistência para que as reformas estruturais e constitucionais sejam aceleradas (FERREIRA, 1997, p. 20).

Essas reformas visavam, mais do que a criação de emendas constitucionais ou medidas provisórias – práticas muito comuns na política personalista brasileira, com excessivo poder por parte do Executivo –, mudanças constitucionais estruturais. Os direitos sociais e trabalhistas reafirmados na Constituição de 1988 foram sistematicamente atacados pelos neoliberais, como um dos aspectos geradores do desemprego e da diminuição da competitividade da produção brasileira no mercado internacional. A posição neoliberal é a de que o debate da constituinte, na segunda metade dos anos 1980, teria sido uma oportunidade de “modernizar” o texto constitucional brasileiro e fora desperdiçada pela manutenção de uma política “ultrapassada” e “intervencionista”. Para o Instituto Liberal, o novo quadro conjuntural brasileiro apresentaria certas condições “históricas, políticas, econômicas, sociais, e mesmo científicas, para esse salto qualitativo e, quiçá, para realinhar o país na vanguarda da modernidade, no campo das relações entre os novos fatores de produção do capital, trabalho e conhecimento” (PASTORE, 1997, p. 6-7). A conjuntura brasileira e internacional demonstrava-se propícia à adoção das reformas propostas pelo neoliberalismo.

Entre as iniciativas de atuação dos setores dominantes, o Instituto Liberal utilizou-se de uma série de mecanismos para tentar convencer outros estratos sociais a apoiarem o projeto neoliberal de reforma da legislação trabalhista. Entre conferências, artigos publicados em Notas, no seu periódico Think Tank, e outras várias estratégias, o IL mobilizou, nos anos 1990, suas ações pedagógicas de forma efetiva e contundente para propor alternativas de “flexibilização” (ou dilapidação) dos direitos dos trabalhadores. Segundo o Instituto Liberal, a “CLT é um caso grave de fadiga institucional. Precisa ser modificada, juntamente com os arts. 7º e 8º da Constituição Federal, que impõem um sistema rígido de trabalho e sindicalização em uma economia crescentemente dinâmica” (PASTORE, 1997, p. 1). O discurso do Instituto Liberal busca desqualificar tanto a Consolidação das Leis Trabalhistas, como os pontos da Carta Constituinte referentes às garantias historicamente conquistadas pelos trabalhadores, descritos nos arts. 7º e 8º.

Uma das estratégias de ação pedagógica do Instituto Liberal foi a execução de um projeto de difusão de propostas neoliberais para situações específicas da realidade brasileira, por meio de uma publicação chamada

Série Notas. Em Notas, temas em tramitação na Câmara e no Senado eram discutidos e analisados a partir dos interesses calcados na ideologia neoliberal. Para essa ação, foi criado no Instituto Liberal o Conselho Editorial de Notas. A proposta era apresentar a alternativa neoliberal quanto ao tema em debate no intuito de influenciar a decisão dos parlamentares. O projeto foi viabilizado por meio do suporte financeiro da instituição norte-americana CIPE – Center for International Private Enterprise³.

Na Série Notas (número 4 - Direito de Greve), o Conselho Editorial questiona os direitos de greve dos trabalhadores garantidos pela Constituição Federal e pela CLT. Na proposta conciliatória de relação trabalhista do Instituto, a manifestação de greve só seria aceitável ou legítima quando estivessem esgotadas todas as possibilidades de negociação individual. Além disso, as reivindicações deveriam ficar restritas às condições de trabalho como salários, horários, normas disciplinares, ambiente de trabalho, etc. Ou seja, a manifestação de greve só seria aceitável para a reivindicação de questões específicas do trabalho cotidiano das empresas, não cabendo a luta por objetivos mais amplos. No caso do funcionalismo público, as greves deveriam ser consideradas ilícitas.

Não existe, em princípio, nas sociedades liberal-democráticas, argumentos que justifiquem greves de serviços públicos. No Brasil, a abordagem desse tema deve levar em conta a já tradicional estabilidade no emprego, que foi confirmada pela nova Constituição.

³ O Center for International Private Enterprise foi fundado nos EUA, em 1983, como um centro filiado à organização conservadora US Chamber of Commerce e financiado pela National Endowment for Democracy, pela US Agency for International Development e por fontes privadas. Seus objetivos são: auxiliar a promover reformas econômicas orientadas para o mercado; sustentar organizações empresariais privadas; aumentar e fortalecer a cultura do setor empresarial; auxiliar a desenvolver mecanismos que promovam o crescimento do desenvolvimento do setor privado nacional e internacional para fortalecer os princípios da liberdade de mercado e a empresa privada em todo o mundo. Essa atividade é feita em conjunto com diferentes instituições locais nas democracias emergentes, consideradas como os esteios da sociedade democrática: think-tanks, associações empresariais, instituições educacionais e de treinamento para os profissionais da mídia. O CIPE já financiou mais de 300 projetos em 50 países (GROS, 2003, p. 141).

Esta estabilidade tende a exacerbar os problemas criados pelo direito de greve no setor público (NOTAS, n. 4, 1990, p. 5).

Ao funcionalismo público estaria vetada qualquer possibilidade de mobilização em greve. Dessa forma, o Instituto Liberal condena as iniciativas de reivindicação dos servidores públicos, uma vez que a estabilidade do setor público representaria uma importante vantagem do funcionário para a manutenção do movimento de greve, uma vez que, ao contrário do setor privado, o funcionário público teria certas garantias legais que dificultariam uma suposta demissão. A proposta do Instituto Liberal visa à desregulamentação das relações do trabalho, sob a justificativa de que as demandas trabalhistas devem ser entendidas como processos singulares e ser debatidas e resolvidas entre empregador e empregado. Essa concepção neoliberal não leva em conta a assimetria na relação de poder entre as partes na disputa, ou seja, entre empresário e trabalhador. Os sindicatos assim como os movimentos de greve exercem uma importante função de ampliar a margem de poder e de reivindicação do trabalhador, uma vez que, sem essa mobilização, o trabalhador fica totalmente vulnerável aos interesses patronais. Assim, quanto ao direito de greve o Instituto Liberal define que:

- a) o direito de greve deve ser retirado do texto constitucional e ser regido por lei ordinária;
- b) a greve deve ser definida como recurso extraordinário e apenas utilizável quando esgotadas as possibilidades de negociação com o objetivo de obter alterações em contratos de trabalho, salários, horários, normas disciplinares e ambiente de trabalho;
- c) as greves devem ser decididas pelos sindicatos das categorias pertinentes;
- d) a lei ordinária deve definir as restrições e penalidades para quem desrespeitá-la;
- e) a lei de greve deve definir claramente os serviços e atividades considerados essenciais e atribuir ao sindicato grevista a responsabilidade de propor esquema de continuidade desses serviços;

f) a legislação deve prever indenizações por eventuais danos e abusos e, em qualquer tipo de greve, tais indenizações devem ser pagas pelos sindicatos e pessoas físicas responsáveis por eventuais prejuízos;

g) a lei deve assegurar que a decisão de greve não seja tomada por uma minoria de sindicalistas, em detrimento da vontade da maioria. (NOTAS, n. 4, 1990, p. 6).

Os intelectuais do Instituto Liberal criticam, de forma incisiva, a universalização de direitos trabalhistas previstos na CLT e na Constituição de 1988. Sua proposta consiste na liberalização das “forças do mercado” sobre as relações trabalhistas com a quebra da regulamentação do Estado. Essas medidas, de acordo com a concepção dos neoliberais, resultariam na diminuição dos índices de desemprego e de informalidade no trabalho no Brasil.

De acordo com o Instituto Liberal, em um estudo apresentado em *Think Tank*, entre 1993 e 1997 o Brasil teria crescido cerca de 18% e, no entanto, “o emprego formal, que teria que crescer 7,5%, reduziu-se em 0,21%. (...) Esse encolhimento guarda íntima relação com a Constituição Federal de 1988 que elevou em 40% os encargos sociais incidentes nas contratações legais e estreitou mais ainda o campo das negociações entre as partes” (PASTORE, 1997, p. 1). O problema social do desemprego, argumento forte e mobilizador nas lutas simbólicas, é sempre utilizado pela burguesia como um efeito colateral diretamente relacionado ao excesso de direitos e encargos sociais no campo do trabalho. O estudo do IL ainda afirma que

o excesso de regulamentação e a inflexibilidade da legislação têm funcionado como fortes inibidores da geração de empregos formais. Como dizem os técnicos do Banco Mundial: “as leis do trabalho, geralmente elaboradas para proteger os trabalhadores, criam um grupo pequeno de pessoas privilegiadas e interessadas em perpetuar a sua situação. (PASTORE, 1997, p. 8)

Diante do discurso neoliberal, as leis do trabalho seriam, na verdade, mecanismos prejudiciais aos trabalhadores, seriam as “amarras” que inviabilizam a empregabilidade. Trata-se de uma estratégia de apropriação de bandeira das esquerdas. Essa retórica foi fortemente difundida

pela burguesia nacional, no intuito de naturalizar essa ideia como uma *doxa*, ou seja, como uma verdade aceita e reproduzida pelo senso comum de forma irrefletida. Esse mecanismo visa, fundamentalmente, à desmobilização dos sindicatos e movimentos de trabalhadores, para a aceitação pacífica da chamada “flexibilização” das leis do trabalho, por parte dos próprios trabalhadores, diante do quadro de instabilidade gerado pelo desemprego estrutural. Advogados, juristas, especialistas do tema e, até mesmo, certas lideranças sindicais eram utilizados para justificar a dilapidação dos direitos dos trabalhadores como algo que beneficiaria, acima de tudo, os próprios trabalhadores, por meio de uma ampliação da oferta de empregos. Assim, o discurso dominante de defesa dos interesses da burguesia é revestido da roupagem popular, apropriando-se da bandeira das esquerdas, no que concerne à defesa dos trabalhadores.

A partir do discurso da “flexibilização”, sustentado pela retórica da empregabilidade ou desemprego, cria-se uma lógica da instabilidade em que, em nome da entrada no mercado de trabalho ou da manutenção no emprego (escasso e instável), o trabalhador se submete à redução de seus direitos e benefícios. Pierre Bourdieu argumenta que as políticas neoliberais, impostas pelas potências imperialistas no chamado receituário neoliberal, não são baseadas simplesmente nas teorias clássicas do liberalismo ou nas contribuições da ortodoxia da Escola Austríaca de Economia, e que teriam se desenvolvido, em grande medida, a partir de sua aplicação em um contexto muito específico, que seria o da cultura individualista e meritocrática dos Estados Unidos da América. Essa lógica da instabilidade seria uma influência da cultura estadunidense incorporada às concepções neoliberais. Como nos diz Bourdieu:

um outro tópico fundador da vulgata americana, (...) a exaltação do dinamismo e da maleabilidade da ordem social dos EUA (antítese da rigidez e do medo do risco atribuídos às sociedades europeias), leva a ligar a eficácia e a produtividade a uma forte flexibilidade (por oposição às imposições ligadas a uma forte segurança social) e até mesmo a fazer da insegurança social um princípio positivo de organização coletiva, capaz de produzir agentes econômicos mais eficazes e produtivos. A existência de relações de trabalho, assentes na institucionalização da insegurança (em particular com os novos tipos de contrato de trabalho) e cada vez

mais particularizadas a fim de se ajustarem à firma e às exigências particulares do trabalho (...) acarretam uma dissociação do trabalho assalariado e uma atomização metódica dos trabalhadores (BOURDIEU, 2001, p. 18).

Essa lógica de insegurança social, apresentada como benéfica às relações capitalistas pelo aumento da “produtividade” e da “eficácia” da produção, configura-se como modelo de relações sociais e do trabalho em moldes neoliberais, que, na ótica dos setores conservadores da burguesia nacional, deveriam ser implantadas no Brasil (seguindo as tendências da globalização). Para Bourdieu, as relações de trabalho aos moldes neoliberais estariam inscritas em “um modo de produção que implica um modo de dominação fundado na instituição da insegurança, a dominação por meio da precariedade” (BOURDIEU, 2001, p. 34). As propostas neoliberais difundidas pelo IL para um novo sindicalismo no Brasil estão calcadas nessa premissa da instabilidade social, uma vez que os sindicatos deveriam passar a se preocupar com a manutenção do trabalhador no emprego, e não com garantias e com o bem-estar dos trabalhadores. O Instituto Liberal chama essa despolitização dos trabalhadores de “parcerias” e afirma que “na negociação dessas parcerias cresce o papel dos sindicatos, que abandonam o comportamento de confrontação para adotar o comportamento construtivo da busca de resultados. Aos poucos a preocupação com o empregado cede lugar à preocupação com o emprego” (PRADO, 1998, p. 10).

A proposta neoliberal para as relações trabalhistas insere-se em um processo social e simbólico de desmobilização e despolitização das classes trabalhadoras sob o manto de uma visão conciliatória de “parceria” entre empregador e empregado, que, na verdade, resume-se à submissão do empregado aos interesses do capital. Socialmente, esse processo é fortalecido pela constituição de um exército de reserva de mão de obra (tão caro e imprescindível à lógica capitalista neoliberal) e, simbolicamente, pela naturalização de discursos como o do sistema de “parcerias”, do “novo sindicalismo” e, até mesmo, da ação individual por meio do “voluntariado”. Como afirma Bourdieu, “tudo isso faz com que a política não pare de se afastar dos simples cidadãos, passando do nacional (ou local) ao internacional, do concreto imediato ao abstrato distante, do visível ao invisível” (BOURDIEU, 2001, p. 58). É a construção de um novo

tipo de ator social, despolitizado, desmobilizado e atomizado, totalmente vulnerável aos interesses do grande capital.

De acordo com o Instituto Liberal, “no plano social, o enfrentamento entre capital e trabalho, que alimentou tantos conflitos e atrasou tanto o desenvolvimento, está chegando ao fim, como ocorreu em outros países” (PRADO, 1998, p. 10). Assim, o IL prega e anuncia o fim das lutas de classes, já que as “modernas” relações do trabalho se pautariam pela conciliação de classes, e complementa que “o enfrentamento está cedendo lugar à reconciliação e a uma fase de parceria entre os fatores de produção, capaz de estimular a economia a níveis além das mais otimistas expectativas” (PRADO, 1998, p. 10). As lutas sociais são classificadas, pelos neoliberais, como instrumentos do “atraso”, que teriam impedido o desenvolvimento do país.

A referida lógica da instabilidade social apresentada por Bourdieu – que despolitiza as relações do trabalho, exigindo a aceitação submissa, pelo trabalhador, das condições impostas pelo capital, desmobilizando suas ações e organizações de representação do trabalho, criando um processo de atomização do trabalhador – alia-se a um outro processo de construção de uma suposta mentalidade de “solidariedade individual”. Articuladamente esses dois processos promovem uma reconfiguração dos papéis nas lutas sociais no Brasil ao longo dos anos 1990. Lúcia Neves nos diz que:

os segmentos da classe trabalhadora brasileira que se mantêm empregados, além de serem contemplados com as aplicações atualizadas dos princípios e diretrizes psicológicas que embasam as relações humanas no trabalho industrial, vêm sendo convidados, juntamente com seus patrões, harmonicamente, a realizar diretamente junto à sociedade civil os denominados “programas de responsabilidade social”, doando aos projetos sociais da empresa horas do seu trabalho. O trabalhador contemporâneo vai paulatinamente abandonando sua função militante e transmutando-se em voluntário. Ele vai, no seu próprio ambiente de trabalho, transfigurando-se em um cidadão colaborador, que abdica espontaneamente do enfrentamento ao patrão na defesa de seus direitos e das condições de trabalho. Sua indignação frente ao aumento da miséria, do de-

semprego, da precarização das relações de trabalho e do achatamento da massa salarial não o encaminha à porta do sindicato ou ao partido político, mas à porta do setor de pessoal da empresa, em um gesto que pode assegurar sua manutenção no posto de trabalho, ou mesmo garantir sua progressão funcional e, ao mesmo tempo, melhorar a situação da empresa no ranking nacional e internacional (NEVES, 2005, p. 90).

Tal conceito de “responsabilidade social” atua como mecanismo de conversão do potencial reivindicatório do trabalhador em ações individuais com a única finalidade de sua manutenção no posto de trabalho. Esse novo trabalhador voluntário representa o desdobramento da concepção de cidadania despolitizada, aos moldes da visão de mundo neoliberal. Todo esse processo redefine as relações do trabalho na sociedade brasileira, exigindo, por sua vez, uma “reestruturação produtiva” que dependeria do pacote de reformas neoliberais exigido e cobrado pelo grande capital. Como afirma Bourdieu, “a história social ensina que não há política social sem movimento social capaz de a impor (...) (BOURDIEU, 2001, p. 5). Ou seja, as políticas sociais despolitizadas do modelo neoliberal, na verdade, seriam apenas mecanismos de converter à responsabilidade individual os problemas e desequilíbrios de uma configuração sistêmica do capital. Além disso, servem como força simbólica no sentido de naturalizar um novo arranjo social em moldes neoliberais.

De uma maneira ou de outra, como afirma Ellen Wood, as concepções dominantes de democracia tendem a: substituir a ação política com cidadania passiva; enfatizar os direitos passivos em lugar dos poderes ativos; evitar qualquer confrontação com concentrações de poder social, particularmente se for com as classes dominantes, e, finalmente, despolitizar a política. “O trabalhador assalariado sem propriedade só pode desfrutar no capitalismo da liberdade e da igualdade jurídicas (formais), e até mesmo de todos os direitos políticos de um sistema de sufrágio universal, desde que não retire do capital o seu poder de apropriação (WOOD, 2006, p. 173).

Para os intelectuais do IL, o modelo de legislação do trabalho adotado no Brasil seria preconceituoso, pois estaria baseado num necessário confronto entre trabalhador e empresário, “como se ambos fossem inimigos inconciliáveis que necessitassem, respectivamente, de tutela e polícia.

Esse preconceito fez da CLT um instrumento de atraso social, implantando a enganosa mentalidade do conflito (...)” (PRADO, 1998, p. 12). Essa posição dos conservadores está assentada em uma crítica às lutas de classes e às organizações em torno da mobilização social. O IL ainda argumenta que “o modelo está impregnado de ideias socialistas repetindo os mesmos erros da busca outrance da igualdade através do Estado” (PRADO, 1998, p. 14). Em síntese, o Instituto Liberal define a legislação do trabalho no Brasil da seguinte forma:

na verdade, um modelo distributivista socializante, que se assenta em bases ideológicas românticas; que se fundamenta na crença do voluntarismo reformista; que se embasa no conceito abstrato de igualitarismo; que defende a necessidade da intervenção do Estado como promotor direto do progresso social; que se utiliza do direito como instrumento de distribuição de riquezas; que não se preocupa com os meios (custos) necessários à implementação das medidas que contempla, não pode mais prosperar (PRADO, 1998, p. 14).

Todo esse discurso atua no sentido de construir o consenso para fortalecer as propostas que visam desregulamentar as relações do trabalho, diluindo, em favor do capital, conquistas históricas dos trabalhadores. Entretanto, para os intelectuais do Instituto Liberal, a CLT e os direitos trabalhistas contidos na Constituição de 1988 não configuram-se como frutos de lutas históricas, mas como desdobramentos de políticas paternalistas e, principalmente, como manifestações de nossas tradições políticas “populistas”. Assim, de acordo com o Instituto Liberal, “o modelo da CLT é demagógico, porque não resultou de nenhuma demanda política. Foi oferecido como panaceia social, no bojo de um regime autocrático e mais preocupado com o culto à personalidade do ditador” (PRADO, 1998, p. 11). A partir dessa concepção, o Instituto Liberal, em Notas (nº 58 – Contrato de trabalho por prazo determinado, 1996), afirma que:

(...) o Direito do Trabalho deve ser rejeitado liminarmente. Sua doutrina é a da tutela das relações laborais, inspirada pelo ideário fascista dos anos 30 e mantida intocada até hoje. As relações contratuais do trabalho devem reger-se pelos mesmos princípios que norteiam os demais campos do Direito, onde todos são iguais perante a lei. A liberdade contratual deve ser

restaurada, cabendo à lei dirimir conflitos de direito, e não conflitos de interesses. Deve ser permitida a pluralidade da representação dos interesses — hoje representados por ‘categorias’ abstratas — bem como reformulado o poder normativo 218 da Justiça do Trabalho. Em suma, possibilitar a remoção do poder tutelar que o Estado brasileiro persiste em manter sobre as relações de trabalho, que impede a liberdade de livremente pactuarem-se contratos mutuamente vantajosos para as partes (NOTAS, n. 58, 1996, p.1).

Assim, o valor subjetivo de lutas e conquistas dos trabalhadores é ceifado das relações do trabalho, pela posição dos neoliberais nas lutas simbólicas que, por sua vez, visam não apenas eliminar esse valor subjetivo, mas também, dilapidar, na prática das relações sociais, as conquistas históricas dos trabalhadores.

II. Ataque às propostas de reforma agrária e repressão aos movimentos sociais

Se, ao longo da década de 1980, a posição adotada pelos intelectuais orgânicos do Instituto Liberal foi pautada num discurso defensivo — evitando uma tomada de posição mais efetiva quanto aos temas sociais, no intuito de não confrontar-se fortemente com a crescente mobilização dos movimentos sociais — a nova conjuntura dos anos 1990. tratou de transformar esse discurso. Atacar frontalmente os interesses de tais movimentos representaria (nos anos 1980) assumir um discurso antipopular e declaradamente voltado aos interesses do grande capital, o que, por sua vez, não seria interessante aos propósitos de naturalização da visão de mundo neoliberal no Brasil. Mas, em um contexto mais favorável, nos anos 1990, o discurso conservador poderia ser mais efetivamente explorado e incisivo, enunciando uma sinergia entre os interesses das classes dominantes e os das classes populares.

Um dos temas polêmicos, antes negligenciados, que, nos anos 1990, foi fortemente criticado e, mais do que isso, frontalmente combatido foi o debate político e social sobre a necessidade de uma verdadeira reforma agrária no Brasil. Estamos falando de um país cuja história é marcada

pela concentração fundiária por frações dominantes social e historicamente favorecidas por políticas conservadoras, onde a necessidade de uma ampla, democrática e verdadeira reforma agrária vinha sendo debatida como condição fundamental para a diminuição das desigualdades sociais e para a própria subsistência e manutenção de uma grande fração de trabalhadores do campo. Entretanto, como se verá, a concentração fundiária não faz parte da história do Brasil, segundo os defensores do neoliberalismo.

No jogo de forças políticas do cenário brasileiro nos anos 1990, os grupos conservadores representantes dos grandes proprietários fundiários, em certa medida, apoiavam as propostas do projeto neoliberal, desde que essas não interferissem em seus interesses particulares. Como afirma Décio Saes, a classe fundiária manifesta-se, geralmente, a favor da maioria das propostas do receituário neoliberal, como as privatizações, desregulamentação, abertura econômica. Ela se opõe, entretanto, “(...) àquele aspecto do programa neoliberal que não convém aos seus interesses econômicos: a liquidação dos subsídios estatais à produção agrícola, o fim do tratamento especial dado pelo Estado aos agricultores endividados etc.” (SAES, 2001, p. 90).

O Instituto Liberal, em diferentes estratégias, buscou descaracterizar a luta pela reforma agrária no Brasil. Dessa forma, o IL operou um ataque frontal às propostas de reforma, como também aos movimentos dos trabalhadores sem-terra. O objetivo do Instituto Liberal era fortalecer as bases de oposição às propostas de reforma agrária, entre os grupos conservadores como os latifundiários, frações da burguesia e da classe média (principais públicos atingidos pelas ações pedagógicas do IL). Na revista *Think Tank* de julho de 1997, o Instituto Liberal lança um encarte especial, somente para apresentar a sua visão de como seria “equivocado” e, mais do que isso, “perigoso” investir em um projeto de reforma agrária no Brasil.

De acordo com o discurso neoliberal dos intelectuais orgânicos do IL, no que cinge à reforma agrária, haveria alguns mitos disseminados socialmente, que deveriam ser desconstruídos. Um desses mitos seria que, contrariamente à ideia muito difundida no Brasil,

o nosso território não tem grandes extensões contínuas de terras férteis. Outro mito sobejamente divulgado é o

de que o campo brasileiro é dividido por um pequeno número de grandes latifundiários improdutivos. A propriedade média rural no Brasil é, em muito, inferior à norte-americana e à argentina, (...) (PRUNES, 1997, p. 3).

Ao negar o processo histórico de concentração fundiária no país, os neoliberais visam legitimar sua posição conservadora de proteção dos interesses da acumulação de capital e de defesa incondicional da propriedade privada. Assim, os intelectuais do IL operam uma ressignificação do processo histórico brasileiro, negligenciando seu caráter de concentração de terras nas mãos de uma pequena parcela de detentores do poder. O Instituto Liberal defende que, ao contrário do que normalmente é divulgado, “(...) o Brasil é um país de pequenas e médias propriedades. Na verdade, a dimensão média das propriedades rurais brasileiras é pequena, se comparada com a de inúmeros países que se destacam exatamente pela produtividade no campo” (PRUNES, 1997, p. 7). Insistentemente, os intelectuais do IL assumem a argumentação de que no Brasil não existe um quadro de concentração fundiária. Todo histórico de poder dos grandes proprietários, característicos da tradição política brasileira, é negligenciado pelo Instituto Liberal para sustentar sua retórica de que a realidade do campo no Brasil é constituída de pequenas e médias propriedades. Quanto à necessidade de assentamento de trabalhadores no campo, os neoliberais afirmam que:

a superfície agricultável brasileira ocupada por latifúndios improdutivos é certamente inferior a 20% da área total (...) mesmo que toda a área ocupada pelos latifúndios fosse distribuída entre os sem-terra, ela seria suficiente para assentar apenas 20% deles, na melhor das hipóteses (PRUNES, 1997, p. 8).

Ou seja, na posição dos conservadores, qualquer iniciativa política objetivando distribuição de terras seria insuficiente, ou melhor, “ineficiente”. De acordo com os neoliberais do IL, “o problema da distribuição de renda no Brasil é, no entanto, exatamente o contrário do que normalmente se apregoa nas análises rápidas e superficiais (ou naquelas impregnadas de um viés ideológico)” (PRUNES, 1997, p. 8).

Outra argumentação utilizada pelos neoliberais para justificar a concentração fundiária no país foi tentar estabelecer uma relação entre o ta-

manho da propriedade e a sua capacidade produtiva. A lógica do capital, no sentido da “maximização da produtividade” como fundamento para geração de riquezas nas economias “modernas”, é utilizada pelos intelectuais do IL em sua argumentação ao afirmarem que:

os Estados Unidos, com apenas 0,84% da população rural economicamente ativa da China, são capazes de produzir mais alimentos. Dessa equação nenhum país do mundo consegue escapar, ou seja, somente uma agricultura de alta produtividade (poucos trabalhadores por hectare e por propriedade) consegue oferecer um bom padrão aos agricultores (PRUNES, 1997, p. 9).

A posição incisiva de ataque às propostas de reforma agrária pelos neoliberais inscreve-se em um contexto importante das lutas sociais. O debate em torno da necessidade de uma reforma agrária no Brasil vinha paulatinamente ganhando corpo e expressão desde meados dos anos 1980. O fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), nos anos 1990, com a intensificação das ocupações de terras e a criação de novos assentamentos, demonstrava a emergência de uma discussão mais séria sobre a questão, no plano político. A presença do MST já não podia mais ser simplesmente negligenciada. Sua atuação passava a chamar a atenção da sociedade brasileira, com muito mais expressão e acompanhada pelos veículos midiáticos.

Diante disso, era preciso, para as posições conservadoras, desconstruir, desqualificar e deslegitimar os esforços na luta pela reforma agrária no país. Outro recurso fortemente explorado pelos grupos conservadores, nas lutas simbólicas, foi a tentativa retórica de converter os sem-terra em “criminosos”. Essa estratégia simbólica foi executada pelos grupos conservadores sob a argumentação de que esses manifestantes, na verdade, seriam “vagabundos”, “marginais” e “bandidos”, cuja atuação se pautaria pela invasão de propriedades “legítimas”, promovendo a destruição de patrimônio alheio, tão importante na geração de riquezas para o país. Tais estratégias simbólicas foram fortemente armadas por meio de uma incisiva atuação dos aparelhos privados de hegemonia e, principalmente, uma atuação midiática implacável de desqualificação das ações e dos propósitos do MST.

Em reportagem de capa para a revista do Instituto Liberal, *Think Tank* de setembro de 1998, o ex-ministro Roberto Campos chama a atuação do governo FHC, frente aos movimentos de trabalhadores sem-terra, de “tolerante”, cobrando uma postura mais repressiva por parte do aparelho coercitivo do Estado. Assim, afirma o ex-ministro:

um dos princípios básicos a observar consiste no cumprimento da lei. A tolerância – tipificada pela passividade diante das ocupações do MST, por exemplo – estimula a imitação, o fechamento de estradas, os distúrbios dos presídios (que custam caríssimo ao contribuinte, para não se falar no resto), e o que mais ocorra a qualquer grupo insatisfeito e combativo (CAMPOS, 1998, p. 16).

Conforme as palavras do ex-ministro Roberto Campos, em *Think Tank*, os movimentos dos trabalhadores sem-terra seriam como “exemplos negativos” que estimulariam a violência e a “desordem social”. O grande problema, reclamam os liberais, seria a “tolerância” com que esses grupos estariam sendo tratados. Esse tipo de discurso cobra uma ação coercitiva dura de repressão desses movimentos e ocupações, por parte do Estado. Assim, mais do que simplesmente atuar por meio de um caráter discursivo nas lutas simbólicas, esses aparelhos privados de hegemonia, como o IL, atuam de forma propositiva, cobrando ações efetivas, e mesmo repressivas, por parte do Estado, para garantir a propriedade privada. Além disso, esse tipo de retórica visa à marginalização do movimento, apresentando-o como facção criminosa que deveria ser duramente combatida. A conquista e a manutenção da hegemonia devem ser permanentemente reiteradas, tanto por meio do consenso e direção cultural, como pela força coercitiva e repressiva. Assim, destacamos a atuação propositiva do IL junto ao aparelho de coerção estatal que “assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (GRAMSCI, 1989, p. 11).

Segundo o Instituto Liberal, “a miséria no campo não pode ser enfrentada com a divisão da terra. Hoje, agricultura é, antes de tudo, tecnologia e escala.(...) a exploração agropecuária sofre restrições e exige, para atingir plena produtividade, elevados investimentos visando à correção

das características do solo” (PRUNES, 1997, p. 3-4). A concentração fundiária é defendida pelos grupos conservadores do Instituto Liberal, por uma suposta demanda por investimentos na atividade agropecuária, em que somente em grandes propriedades seria possível alcançar rendimentos para tanto. Nessa visão, o latifúndio seria condição necessária para a própria utilização do solo, uma vez que a atividade demandaria altos níveis de investimentos, que, por sua vez, seriam incompatíveis à realidade da pequena propriedade. Para o IL, “a superação dessas dificuldades exige, portanto, além de expressivo volume de capital, grande habilidade empresarial” (PRUNES, 1997, p. 4). Assim, os neoliberais justificam o latifúndio como condição necessária para a utilização da terra. Segundo o Instituto Liberal, o pequeno proprietário não disporia de recursos materiais nem de habilidade gestora para a manutenção “produtiva”, “lucrativa” e “sustentável” de sua propriedade.

Em tempos de ampliação do debate quanto à preservação do meio ambiente, o discurso ambiental é apropriado pelos neoliberais para legitimar sua posição na luta contra a reforma agrária. Dessa forma, o discurso de defesa do meio ambiente é utilizado na argumentação neoliberal como força simbólica para defender os interesses do capital. Segundo o Instituto Liberal, “não se pode perder de vista a questão ambiental quando se trata de reforma agrária. A simples distribuição de terras para pessoas sem conhecimento de cultivo e manejo de solos leva inexoravelmente à degradação da terra, luxo ao qual o Brasil não pode se dar devido às já baixas qualidades de seu solo” (PRUNES, 1997, p. 10).

Como afirma José Sérgio Leite Lopes, nas últimas décadas vem sendo constituído um processo histórico de fortalecimento do discurso ligado à questão ambiental, que o autor denominou de “ambientalização”. A “questão ambiental” passa a ser apropriada como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos sociais (LEITE LOPES, 2004). Assim, o discurso ambiental é apropriado e inserido nas lutas simbólicas para legitimar a posição conservadora contra a proposta de reforma agrária. Na argumentação dos neoliberais, a distribuição de terras em pequenas propriedades representaria um grande risco ambiental, na medida em que, primeiramente, os pequenos proprietários não teriam conhecimento necessário para a manutenção equilibrada do solo, e, em segundo, esses pequenos proprietários não disporeiam de recursos neces-

sários demandados por uma utilização “ambientalmente responsável” do solo. De acordo com o IL:

o fenômeno [de desertificação] que está acontecendo no Nordeste – região onde predominam as pequenas e médias propriedades – encerra uma lição importante: **agricultura é um negócio que exige tanto conhecimento como qualquer outra atividade urbana.** Uma reforma agrária mal realizada, onde os sem-terra meramente recebem um lote de terra, sem muita orientação, **está fadada a causar um verdadeiro pesadelo ambiental** – mais um, a se somar àqueles que o Brasil já está vivendo (PRUNES, 1997, p. 10) (grifos nossos).

Diante dessa lógica neoliberal, a distribuição fundiária em pequenas propriedades e a agricultura familiar seriam não só economicamente inviáveis para o desenvolvimento econômico do país e para o próprio trabalhador, como também extremamente prejudiciais ao meio ambiente, ou seja, nas palavras do autor, um “pesadelo ambiental”. Os problemas ambientais, como foi o exemplo do processo de desertificação no nordeste brasileiro, são estrategicamente atribuídos à distribuição de terras em pequenas e médias propriedades. Nessa argumentação, são negligenciadas as questões climáticas e de constituição de solos específicas da região, assim como a histórica exploração de monoculturas em sistema de latifúndios, que contribuíram para o agravamento de tal processo. Mas, na retórica neoliberal, tais questões não são consideradas. Além disso, os impactos ambientais causados por processos industriais, ou mesmo os impactos gerados pela exploração intensa com a agroindústria, a exemplo dos chamados agrocombustíveis, entre uma infinidade de outras situações, não são mencionados no discurso do Instituto Liberal.

Travestidos de uma retórica popular, ora preocupada com a renda dos trabalhadores do campo, ora preocupada com o meio ambiente, os grupos conservadores defendem com todas as suas armas – sejam elas de caráter simbólico, por meio do discurso, sejam elas forças coercitivas, na repressão violenta às reivindicações dos movimentos sociais como no caso do MST – a manutenção inquestionável da propriedade privada e da acumulação de capital. A hegemonia é conquistada e garantida, tanto

pela construção do consenso, como pela força coercitiva. No plano simbólico e organizativo, a atuação dos veículos de comunicação e dos aparelhos privados de hegemonia foi incisiva e implacável no sentido de deslegitimar as propostas e reivindicações pela reforma agrária no Brasil.

Entre essas formas de luta simbólica, insere-se a ação do Instituto Liberal que, por meio de diferentes estratégias e mecanismos pedagógicos de persuasão, buscou fortalecer e ampliar o consenso dos conservadores para outros estratos da classe média. Em síntese, o IL defende que:

1) o Brasil não dispõe de grandes extensões de terras férteis; 2) a população rural brasileira é excessiva; 3) o Brasil é um país de pequenas e médias propriedades; 4) a agricultura gera pouca renda, tanto para empregados como para empregadores, inclusive nos países onde ela é altamente desenvolvida; 5) a divisão ainda maior do terreno rural brasileiro, em pequenas propriedades, poderá agravar mais o problema de degeneração do solo, que em algumas áreas já é catastrófico. Esses cinco pontos por si só já **desaconselhariam a adoção de qualquer política que tivesse como consequência a fixação do homem no campo** (PRUNES, 1997, p. 10). (grifos nossos).

Como estabelece o Instituto Liberal, qualquer política de fixação do homem no campo é entendida como negativa e perigosa. Nessa perspectiva, para que o campo “prosperar”, minimamente, seria preciso reduzir o número de trabalhadores rurais, bem como intensificar a concentração fundiária. A única alternativa apontada pelo IL aos trabalhadores rurais seria o abandono do campo para transformarem-se em contingentes do exército de reserva de mão de obra nos grandes centros. Assim, o IL defende que a única política verdadeiramente eficaz seria “instruir o homem que hoje está no campo para que ele possa amanhã encontrar um emprego ou função, como pessoa qualificada, na indústria ou no setor de serviços dos centros urbanos” (PRUNES, 1997, p. 14).

Para que alguns poucos proprietários latifundiários possam ter maior lucratividade e outros poucos trabalhadores rurais possam ter melhores salários e dignidade, uma infinidade de trabalhadores rurais precisariam abandonar o campo e migrar para os grandes centros urbanos. A retirada do trabalhador rural do campo é a solução proposta pelos neolibe-

rais. A alternativa neoliberal não considera valores culturais ou tradições, apenas a lucratividade da produção para os fins de acumulação de capital, como uma espécie de “moinho satânico” descrito por Karl Polanyi:

permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade. Esta suposta mercadoria, a “força de trabalho”, não pode ser impelida, usada indiscriminadamente, ou até mesmo não utilizada, sem afetar também o indivíduo humano que acontece ser o portador dessa mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do “homem” ligado a essa etiqueta. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome.(...) a natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e secas nas sociedades primitivas. Os mercados de trabalho, terra e dinheiro “são”, sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que a sua substância humana e natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico (POLANYI, 1980, p. 85).

IV. Considerações finais

As organizações das classes dominantes no Brasil no final do século XX, com suas estratégias e mecanismos de atuação, constituem-se como uma temática ainda, relativamente, pouco explorada na historiografia e nas ciências sociais. Por conseguinte, inserem-se num espaço muito rico de relações e lutas sociais pela hegemonia, caracterizando-se como um importante momento específico de transição no cenário político-econômico e social brasileiro. A conjuntura da consolidação da Nova República, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, aponta para uma série de transformações, tanto na estrutura política e nas forças econômicas, como na própria articulação das classes no interior das lutas sociais. Esse quadro, em desenvolvimento desde meados dos anos 1970, forçou novas formas de atuação das classes dominantes e a reconfiguração de suas bases de poder.

A organização das classes e frações de classe burguesa em aparelhos privados de hegemonia, como discutimos ao longo de nosso estudo, representa, em grande medida, a mobilização de uma “contraofensiva” dos grupos conservadores em face da organização e fortalecimento dos movimentos sociais e das esquerdas no contexto brasileiro desde meados dos anos 1970. A abertura no bloco de poder com o processo de redemocratização do país abriu, também, um espaço significativo para as lutas pela hegemonização de um novo projeto de sociedade.

Se, na conjuntura dos anos 1990 no Brasil, o discurso neoliberal com a chamada “flexibilização” das leis trabalhistas e o ataque às propostas de reforma agrária e ao MST ganhou espaço e, em muitos momentos, chegou até a assumir uma aparência de óbvia banalidade, é porque houve todo um trabalho de construção e doutrinação simbólica para naturalizar essa visão de mundo como uma *doxa* (BOURDIEU, 1998, p. 42). Por meio de uma análise discursiva é possível perceber alguns dos principais mecanismos adotados pelos grupos dominantes no sentido de defender e legitimar seus interesses capitalistas como “óbvios” e “naturais”. O discurso conservador visa à dilapidação de direitos sociais e trabalhistas sob a justificção, travestida de roupagem popular, de defesa dos trabalhadores por meio da empregabilidade. No mesmo sentido, atacam as propostas de reforma agrária e os movimentos de trabalhadores

sem-terra, tendo como elementos de justificação desde a condição do solo brasileiro até o recurso de ressignificação de nossa tradição latifundiária.

Dessa forma, a atuação dos meios midiáticos, assim como de agentes e instituições, como o Instituto Liberal, tem como objetivo naturalizar o discurso neoliberal como imprescindível ou, mais, como inevitável. O grande segredo da eficácia simbólica do discurso está no fato de funcionar como *doxa*, isto é, como uma verdade tida como evidente e aceita sem ter a razão como princípio, aquilo que é pressuposto, posto aquém da luta e mesmo da reflexão. É no universo produzido pela *doxa* que o sentido do mundo ganha força, não apenas na forma de representação das coisas, mas como um modo por meio do qual se pode ser, ver e agir no mundo, ou seja, um modo de pensar/agir socialmente incorporado como *habitus* (BOURDIEU, 2007). Como afirma Bourdieu “a transição para o ‘liberalismo’ se faz de maneira insensível e imperceptível, como a deriva dos continentes, ocultando, assim, seus efeitos mais terríveis em longo prazo” (BOURDIEU, 1998, p. 146).

Por fim, cabe ressaltar a relevância de se estudar a organização das classes dominantes no Brasil, como uma trincheira no sentido de desnaturalizar seus discursos e propostas difundidos e reproduzidos socialmente. Se as lutas sociais também são travadas no plano do discurso ou nas lutas simbólicas, é fundamental compreendermos as formas com as quais os grupos dominantes se organizam e articulam suas ações e estratégias, pois como afirma Pierre Bourdieu, “contra essa *doxa*, parece-me, é preciso defender-se, submetendo-a à análise e tentando compreender os mecanismos segundo os quais ela é produzida e imposta” (BOURDIEU, 1998, p. 45).

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Portugal: Celta Editora, 2001.

_____. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz – 11^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere - Maquiavel**. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 428 p. v. 3.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heureser, 2003. (teses FEE n. 6).

LEITE LOPES, J. S. (coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (org.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MARTINS, André Silva. Estratégias burguesas de obtenção de consenso nos anos de neoliberalismo de terceira via. In: NEVES, Lúcia M. W. (org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia M. W. (org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SAES, Décio. **A república do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja**: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2005.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2006.

Fontes primárias

CAMPOS, Roberto. Entrevista. In: **Think Tank**. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 2, n. 5, setembro, 1998.

CONTRATO de trabalho por prazo determinado. **NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 58, 1996.

FERREIRA, Carlos Eduardo Moreira. Sempre em Defesa das Reformas. In: **Think Tank**. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 2, novembro, 1997.

O DIREITO de greve. **NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 4. 1990.

PASTORE, José. O Desemprego Tem Cura? (Encarte Especial). In: **Think Tank**. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 2, novembro, 1997.

PRADO, Ney. Relações Trabalhistas no Brasil (Encarte Especial). In: **Think Tank**. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 2, n. 4, julho, 1998. p. 10.

PREVIDÊNCIA social. **NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 8. 1991.

PRUNES, Cândido Mendes. A lógica da Reforma Agrária (Encarte Especial). In: **Think Tank**. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 1, julho, 1997.

Artigo recebido para publicação em:

11 de abril de 2011.

Artigo aceito para publicação em:

05 de dezembro de 2011.

Como citar este artigo:

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. A construção do projeto neoliberal no Brasil (1988 - 1998): instituto liberal e o discurso da “flexibilização” e ataque às propostas de reforma agrária. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 5, n. 2, p. 33 - 65, 2012.